

e interpretações significantes para os domínios académicos referidos, mas também contribuindo, com a sua participação (voluntária ou involuntária), com novos significados para os habitantes de Pécs e os crentes da IG.

RUY LLERA BLANES

António Costa Pinto e André Freire (orgs.), **Elites, Sociedade e Mudança Política**, Celta, 2003, 307 páginas.

A análise dos modos de recrutamento e selecção, mas também das atitudes, dos comportamentos e dos perfis das elites, é um elemento essencial para a compreensão do funcionamento dos sistemas sociais e políticos, constituindo-se nos últimos quinze/vinte anos, em Portugal, como um dos terrenos preferenciais da pesquisa historiográfica, sobretudo daquela que se dedica à investigação sobre o Antigo Regime e os séculos XIX e XX. Para o público interessado não há dúvidas de que este é um dos campos de maior produção bibliográfica recente, resultado da permanente atenção académica pelo assunto. Com efeito, a antropologia, a sociologia e a ciência política, como demonstra a publicação deste volume, apesar de partirem de preocupações analíticas distintas, têm mostrado interesse pelas problemáticas derivadas do estudo das elites, escrutinando o topo da hierar-

quia social sob diversas perspectivas, de acordo com os enfoques próprios de cada disciplina.

No seguimento desta tendência, a obra agora trazida a público pela Celta Editora dá a conhecer um conjunto de artigos que resultaram das comunicações apresentadas num colóquio internacional realizado no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, sob a égide da Unidade de Investigação em Ciências Sociais, em Novembro de 2001, essencialmente dedicado à análise dos diferentes tipos de elites nacionais (governamentais, parlamentares, autárquicas, administrativas e económicas), não esquecendo, todavia, a perspectiva comparada, para a qual contribuiu a presença de conceituados conferencistas de diversas nacionalidades. A competente organização do evento, bem como deste tomo, ficou a cargo de António Costa Pinto e André Freire, autores com vasta obra sobre as temáticas em apreço. De realçar que, dos trabalhos agora apresentados, apenas a comunicação de António Costa Pinto e Pedro Tavares de Almeida não foi aqui publicada devido ao facto de a mesma ter sido alvo de edição separada, no âmbito de um projecto destinado à apreciação comparada das elites ministeriais dos países da Europa do Sul¹.

¹ Pedro Tavares de Almeida e António Costa Pinto, «Portuguese ministers, 1851-1999: social background and paths to power», in Pedro Tavares de Almeida, António Costa Pinto e Nancy Bermeo (eds.), *Who Governs Southern Europe? Regime Change and Ministerial Recruitment, 1850-2000*, Londres, Portland, Frank Cass, 2003, pp. 5-40.

O livro, dividido em duas partes, abre com uma sucinta, mas esclarecedora, introdução, da autoria conjunta dos coordenadores, onde se dão a conhecer os objectivos do trabalho e, em jeito de apresentação, se resumem as linhas condutoras de todos os textos publicados, ficando o leitor desde logo com uma ideia bastante aproximada do que o espera nas páginas seguintes. A primeira parte inicia-se então com um trabalho da autoria de Maria Antónia F. Pires de Almeida intitulado «As elites municipais e a revolução: Portalegre 1941-1997», típico *case study* sobre as continuidades e as rupturas detectadas nas elites locais daquele distrito alentejano ao longo da segunda metade do século XX. A autora, que se tem destacado no estudo sistemático do comportamento e da evolução dos grupos sócio-profissionais que ocuparam os principais cargos municipais no Sul do país, desta vez centrou a sua análise sobre os efeitos da transição sócio-política resultante da revolução de 25 de Abril de 1974, mostrando como as elites fundiárias que ocupavam os lugares cimeiros na hierarquia local durante o Estado Novo perderam o controlo da vida política naquelas paragens como resultado da reforma agrária, que afectou toda a região estudada, obrigando a maioria dos proprietários ou seus descendentes a seguir percursos sócio-profissionais alternativos à agricultura. O texto encerra com a publicação em anexo dos telegramas e deliberações de algumas câmaras expedidos na sequência da revolução de

1974 e com um quadro destinado a apresentar os mais importantes diplomas legislativos sobre eleições e poder local emitidos entre 1926 e 1977.

Seguidamente, José Manuel Tavares Castilho apresenta-nos «A elite parlamentar do marcelismo (1965-1974)», retomando o debate sobre a incontornável questão da continuidade/descontinuidade das elites, desta feita sobre um período mais recente da nossa história, com o objectivo de detectar o grau de renovação do grupo, da qual, à luz da teoria clássica da circulação das elites elaborada por Pareto e Mosca, dependeria a sobrevivência dos regimes políticos. Depois de passar em revista o lugar da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa no sistema político do Estado Novo e de analisar a estrutura destes dois órgãos, bem como a composição política e social do agregado estudado, através da apreciação de índices como a naturalidade, a idade, a profissão e o perfil académico, este autor recorre ao método propográfico para mostrar como o elemento de continuidade foi dominante na definição do perfil da elite marcelista. Tal verificou-se apesar da emergência da chamada «ala liberal» e de se notar algum esforço de renovação ao nível dos parlamentares, uma vez que cerca de um terço dos deputados da legislatura de 1969-1973 nunca tinha exercido qualquer cargo de responsabilidade política. Castilho conclui de forma clara que, nos seus aspectos essenciais, «o regime não muda nem esboça qualquer movimento de transforma-

ção e continua a mover-se centrifugamente em torno de um núcleo duro hermético que mantém fora do sistema vastíssimos sectores da sociedade portuguesa» (p. 64).

O último período do Estado Novo é também revisitado pelo trabalho conjunto de Rita Almeida de Carvalho e Tiago Roma Fernandes, que apreciam «A elite política do marcelismo: ministros, secretários/subsecretários de Estado e deputados (1968-1974)». Neste caso pretende-se examinar, com base num exaustivo trabalho de recolha empírica de informação, os efeitos da transição Salazar/Caetano no contorno e nos canais de recrutamento destes três grupos da elite política nacional. Deste trabalho sai reforçada uma das ideias exploradas pelo texto anterior que nos dá conta do limitado grau de renovação da elite parlamentar do marcelismo, salientando os autores, todavia, outros elementos de continuidade quanto ao perfil da elite governamental, por oposição ao verificado durante o salazarismo. Recorrendo, igualmente, à metodologia prosopográfica, Rita Carvalho e Tiago Fernandes aferem detalhadamente as principais características do núcleo investigado sob o ponto de vista da estrutura etária, origem geográfica, formação académica, actividade profissional, carreira política, filiação em organizações político-partidárias e em associações dos secretários e subsecretários de Estado, assim como dos ministros, entre 1968 e 1974, bem como dos deputados que fizeram parte das X e XI Legislaturas, em

1969-1973 e 1973-1974, respectivamente. Da mesma maneira, presta-se especial atenção à estrutura e ao funcionamento do governo a partir da avaliação do nível de estabilidade/instabilidade, da militarização e da dimensão do executivo, concluindo-se que «a configuração das elites parlamentar e ministerial do marcelismo mantém as tendências gerais observadas para o Estado Novo, sendo, contudo, de assinalar algumas diferenças substantivas» (p. 92), de que o elevado grau de filiação da elite partidária na ANP, resultante da necessidade de legitimar e solidificar a nova liderança do governo, constitui exemplo importante. Ainda que sem estender a sua análise à Câmara Corporativa, talvez a maior lacuna desta investigação do ponto de vista interpretativo, Rita Carvalho e Tiago Fernandes corroboram o diagnóstico avançado por José Castilho, confirmando que o elemento de continuidade é a marca estruturante na definição do perfil da elite política marcelista. Da leitura destes dois textos, complementares entre si, resulta um retrato sócio-político bastante completo sobre o escalão mais elevado da elite que acompanhou Caetano, no seguimento, aliás, das primeiras pesquisas elaboradas por estes autores.

O capítulo seguinte, intitulado «Os directores-gerais: a elite administrativa portuguesa durante o XIV Governo Constitucional», da autoria de Filipe Nunes, segue uma linha mais sincrónica. A partir da averiguação dos *curricula* dos directores-gerais,

apreciam-se as especificidades sócio-demográficas e os percursos políticos do topo da escala administrativa nacional, tendo em vista, igualmente, a elaboração de uma imagem de conjunto deste estrato, testando-se variáveis como o género, a idade, a naturalidade, a formação académica, a instituição de ensino superior frequentada, a formação e experiência profissionais, a experiência de chefia, devendo ressaltar-se o esforço do sociólogo em situar os resultados apurados no contexto de outras democracias europeias contemporâneas. Esta elite, essencialmente masculina, de origem lisboeta, proveniente da camada média/superior da sociedade e preferencialmente formada em Direito, destaca-se pela sua relativa politização, o que, segundo o autor, condiciona a estabilidade da administração pública. Na continuação dos trabalhos publicados neste volume, também o presente texto se afigura como pioneiro não só devido à escassez de estudos sobre este tema concreto, mas também pelas interpretações originais elaboradas, ainda que Filipe Nunes, neste caso particular, peque por não revelar de maneira clara o grau de circulação da elite tratada. Mais preocupado em mostrar o percurso ascendente das pessoas que ocupam o topo da burocracia do Estado, o autor não seguiu o itinerário percorrido pelos directores-gerais depois de abandonarem os seus lugares, tema indispensável para se compreender a dimensão da trajectória do grupo.

900 A primeira parte encerra com os esclarecidos comentários de António

de Araújo, moderador de uma das sessões do colóquio que esteve na base do livro, intitulado «Mandarins, senhores da terra e políticos», espaço dedicado à crítica dos textos apresentados, chamando-se aqui a atenção para as principais lacunas detectadas, bem como para as suas principais virtualidades, de acordo com os pontos de vista do relator convidado.

Quanto à segunda parte, abre com uma incursão sobre as «Relações familiares na elite empresarial de Lisboa», de Antónia Pedroso de Lima, donde resulta um estudo sobre as grandes famílias de negócios com base na capital, mostrando como «as relações familiares se tornam processos importantes para a manutenção de uma posição social de elite» (p. 151). A autora analisa sete grupos empresariais (Espírito Santo, Orey Antunes, Cimianto, Somague, Vista Alegre/Pinto Basto e Fábricas Mendes Godinho), revelando de que forma se processou a articulação entre a memória familiar e a modernidade empresarial. O interessante exercício desenvolvido por Antónia Lima começa por levar o leitor a visitar a tradição deste género de empresas em Portugal ao longo do século XX para, seguidamente, evidenciar como as grandes famílias de Lisboa formaram uma comunidade de práticas, salientando-se também a importância do tempo para a formação da identidade familiar. A antropóloga revela, similarmente, como, em conexão com a competência de gestão, se operou a sucessão nestas empresas e analisa a

longevidade dos negócios familiares, mostrando como no caso português as instituições não têm necessariamente uma vida curta nem estão votadas ao fracasso, contrariando uma das mais importantes teses aplicadas a este tipo de estudos, a «lei das três gerações», que defende que estas empresas tendem a desaparecer na terceira geração da sua existência. O texto encerra com a análise das consequências do 25 de Abril de 1974 sobre o universo empresarial aqui contemplado, lembrando como foi a revolução — ironicamente — que criou as condições para a renovação não só das famílias, como dos seus empreendimentos, permitindo a continuidade e a expansão dos grupos económicos a eles ligados.

Segue-se o trabalho de André Freire, «Recrutamento parlamentar e reforma das instituições», onde se abordam, em perspectiva comparada, temas caros ao autor, como a questão da representação política nas sociedades modernas, as características do sistema eleitoral e o recrutamento parlamentar, a dimensão dos parlamentos e as formações partidárias. Freire examina a composição das elites legislativas do pós-25 de Abril em Portugal, de acordo com os parâmetros habituais (sexo, idade e escolaridade), e segue as carreiras políticas dos deputados em cargos dirigentes nos partidos e em órgãos electivos, apresentando ainda alguns pontos de vista pessoais sobre a reforma do recrutamento parlamentar, tendo em vista o aumento da qualida-

de da representação política. O autor debate, a este propósito, a sempre muito discutida questão da transformação do sistema eleitoral (sugerindo a redução do número de médios e grandes círculos, bem como a criação de um círculo nacional de compensação aos desvios na proporcionalidade), a democratização e a descentralização do recrutamento parlamentar, a promoção da diversificação sócio-demográfica e profissional do perfil dos parlamentares, advogando uma maior integração de mulheres, jovens e de pessoas de reconhecido mérito.

Já o texto de Braulio Gómez Fortes, «Elites parlamentares de Espanha e Portugal: estrutura de oportunidades, formas e efeitos de recrutamento», desenvolve uma análise comparativa dos modelos de recrutamento, dos perfis sociais e das carreiras políticas dos deputados de ambos os países ibéricos no período democrático. O autor refere o contexto legal e político do processo de recrutamento, os efeitos do sistema eleitoral nesse mesmo recrutamento, o método de elaboração das listas de candidatos nos partidos políticos, e discorre sobre género, idade e profissão dos eleitos em ambos os parlamentos. Gómez Fortes estabelece também as diferenças entre ambas as elites parlamentares, concluindo que nos dois países os deputados estão mais dependentes das vitórias/derrotas eleitorais, das mudanças internas nas direcções nacionais dos partidos e das decisões dos congressos parti-

dários do que do estabelecimento de ligações ao eleitorado por via da legislação eleitoral e do financiamento dos partidos. As listas fechadas (sistema pelo qual o eleitor, ao votar numa determinada lista, aceita automaticamente a ordem dos candidatos definida pelo partido) ajudam a este tipo de relacionamento. Consequentemente, nos momentos da reeleição, a lealdade e a fidelidade ao grupo parlamentar pesam mais do que as ligações ao eleitorado. Para o autor, na linha das preocupações reveladas por André Freire, qualquer reforma legislativa no sentido de aproximar eleitor e eleito não institui automaticamente partidos desburocratizados nem afasta as oligarquias do seu controlo, uma vez que dificilmente se altera a cultura política partidária por decreto. Por último, estabelecem-se as diferenças a nível dos processos de transição para a democracia em Portugal e Espanha. Para Braulio Gómez Fortes, a um superior grau de ruptura verificado em Portugal corresponde também um maior índice de renovação da elite parlamentar depois de 1975, enquanto em Espanha, em 2002, ainda se podem encontrar deputados que foram procuradores nas cortes franquistas.

O estudo de Marina Costa Lobo, «A elite partidária em Portugal, 1976-2002: dirigentes, deputados e membros do governo», explica os contornos da organização dos quatro maiores partidos portugueses sob o ponto de vista da autonomia executiva dos seus órgãos dirigentes, da

gestão de fundos pelos mesmos partidos, dos padrões de recrutamento parlamentar, do processo de formação e composição dos governos e do grau de governamentalização dos órgãos dirigentes. Para a autora é essencial examinar separadamente o comportamento dos partidos em funções executivas e no parlamento, pois as posições dos seus membros não são semelhantes, notando-se uma tendência para maior subordinação dos grupos parlamentares aos órgãos dirigentes partidários.

Por sua vez, o texto de John Higley e Michael Burton, eminentemente teórico, denominado «Elites, classes políticas e democracia no século XXI», faz um balanço da bibliografia produzida sobre o tema e presta-se a analisar os desafios com que se confrontam as elites democráticas no início do século XXI. Para os autores, «o futuro da democracia, nos países em que esta já existe, depende da manutenção de um tipo consensualmente unificado da elite política» (p. 280). O exemplo britânico permite perceber que, uma vez estabelecida, a elite política consensualmente unificada tem a capacidade de persistir durante longos períodos, resistindo a todos os tipos de convulsões políticas. Por outro lado, analisa-se o papel das elites transnacionais, filhas directas da globalização, cujo poder acaba por se sobrepor ao das elites nacionais. Novas tendências da globalização, como o crime internacional e a imigração de massas, podem ameaçar o poder das eli-

tes consensualmente unificadas nas democracias estabelecidas. Os autores defendem que os problemas da democracia não se resolvem com «mais democracia» e que «as elites consensualmente unificadas são preferíveis a todos os outros tipos de elites, visto que produzem um *modus vivendi*. A democracia no século XXI depende da continuação, por parte das elites, desta prática onde ela existe e da sua criação onde ainda não existe. Nenhuma outra questão política é tão fundamental» (p. 292).

À semelhança do verificado na primeira parte, também esta segunda parte encerra com um comentário, elaborado por Fernando Farelo Lopes, intitulado «Elites, partidos e reforma institucional», onde se destacam os méritos e os aspectos menos conseguidos dos textos apresentados. O balanço final de *Elites, Sociedade e Mudança Política* só pode ser bastante positivo. Ainda que muitos dos enfoques seguidos pelos autores resultem de perspectivas de análise similares, dando aqui e ali a sugestão de repetição nas questões abordadas, pela originalidade e abrangência das propostas temáticas, pelas interpretações inovadoras apresentadas, pelas pistas de investigação indicadas, esta obra resulta num dos mais interessantes trabalhos sobre a temática das elites publicados nos últimos tempos entre nós, devendo figurar como leitura obrigatória para todos os cientistas sociais interessados neste tipo de estudos.

PAULO JORGE FERNANDES

José Cutileiro, Vida e Morte dos Outros — A Comunidade Internacional e o Fim da Jugoslávia, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, «Coleção Breve (História)», 2003, 159 páginas.

Diplomata e antropólogo não praticante, «em 1992 José Cutileiro foi coordenador da Conferência de Paz da Jugoslávia da Comunidade Europeia, presidida por Lord Carrington». Nesta qualidade, o autor viveu de perto grande parte dos acontecimentos que conduziram ao desmantelamento da Jugoslávia de Milosevic e privou com os principais protagonistas desses acontecimentos, o que, por vezes, é discreta e apropriadamente referido no texto.

O autor evidencia um extenso conhecimento da história dos Balcãs, o que lhe permite situar com rigor a questão das «Jugoslávias» no contexto das complexas relações conflituais originadas, sucessivamente, pelo Império Otomano, pelo Império Austro-Húngaro, pela equívoca «Mittleuropa» (aquela outra realidade europeia cujos contornos indefinidos, no dizer de Friedrich Naumann, recordam as presenças alemãs a leste) e, finalmente, pela guerra fria. A avaliar pela bibliografia que nos vai sugerindo ao longo do texto, o autor revela não ter deixado escapar nada do que de mais relevante se foi, entretanto, publicando sobre o conflito dos Balcãs.

Tudo somado, José Cutileiro afirma-se como um especialista em as-